

PROCESSO - A. I. Nº 146468.0112/10-0
RECORRENTE - AUTO POSTO EXPRESSO 2010 LTDA. (AUTO POSTO 2010)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0148-02/12
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 15/03/2013

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0072-11/13

EMENTA: ICMS. 1. ARQUIVO MAGNÉTICO. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA. Arquivo entregue após a lavratura do Auto de Infração. Não acolhido o pedido de redução ou exclusão da multa. Infração mantida. 2. EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF). UTILIZAÇÃO IRREGULAR. MULTA. Confirmada o não cumprimento das exigências legais. Infração caracterizada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Tratam os autos de Recurso Voluntário interposto em face do acórdão em referência que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração lavrado em 30/01/2012 para exigir ICMS no valor de R\$77.286,70 por imputar o descumprimento de oito obrigações entre principais e acessórias, sendo objeto do Recurso apenas as infrações 3 e 7 a saber:

INFRAÇÃO 3 – 16.12.15: Deixou de fornecer arquivo(s) magnético(s) exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas. Essa irregularidade ocorreu em relação ao período de Janeiro a Outubro de 2007, gerando multa fixa a recolher no valor total de R\$57.276,85, (Cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) nos termos do Anexo III acostado ao presente PAF, e cuja copia reprográfica foi encaminhada a empresa. Multa no valor de R\$57.276,85;

INFRAÇÃO 7- 16.12.08: Deixou de cumprir as exigências legais para a cessação de uso de equipamento de controle fiscal.

Consta que essa irregularidade deveu-se a falta de cessação dos equipamentos abaixo identificados: ECF BEMATECH Nº DE SERIE 4708000256913 (Caixa 01); ECF BEMATECH Nº DE SERIE 4708040179506 (Caixa 02). Por essa razão foi exigida a penalidade fixa prevista na Legislação Tributária Estadual conforme demonstrativo no Anexo VII acostado ao presente PAF, e cuja cópia reprográfica foi encaminhada a empresa. Multa no valor de R\$ 9.200,00;

A JJF proferiu Decisão dirimindo o contencioso fundamentando nos termos do voto condutor assim exarado:

Em relação à infração 03 - Deixou de fornecer arquivo(s) magnético(s) exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas. O autuado, apesar de não ter entregue dentro do prazo exigido os aludidos arquivos, apresenta em sua defesa documentação comprobatória de haver feito a transmissão dos Arquivos magnéticos exigidos pela SEFAZ (folhas 176 à 186), o que foi comprovado com a documentação extraída no Sistema SCAN, que o próprio autuante comprova e anexa ao presente Processo. Salienta o autuante que os Registros que achavam-se pendentes foram inseridos no novo arquivo magnético.

Verifico que, apesar de o autuado ter entregue os arquivos, só o fez após o Auto de Infração ter sido lavrado, ou seja, a entrega foi efetuada em 05/03/2012, de fatos geradores a partir de 2007, o que efetivamente denota um grande espaço temporal sem cumprir a aludida obrigação, bem como as infrações, ora imputadas, demonstram que houve falta de recolhimento do imposto, razões pelas quais não acolho o pedido de redução ou exclusão das multas.

Diante do exposto voto pela manutenção da exigência.

Quanto à infração 07, segue aqui o mesmo entendimento do autuante, ou seja: “a impugnante acosta ao Processo Fiscal, (folhas 187 a 189) apenas cópia do Processo 012.803/2012, protocolado em 23/01/2012, onde solicita a Cessação de Uso do ECF. Tendo em vista que a GEAFI até a presente data, não se pronunciou com relação à Concessão da CESSAÇÃO DE USO DOS ECF’S, entendo que a Infração em tela deve ter a sua PROCEDÊNCIA declarada pelo CONSEF, ao menos que o contribuinte venha a anexar ao presente Processo, mesmo que a posteriori, cópia da CESSAÇÃO DE USO devidamente visada pela GEAFI.”

Considero, portanto, a infração 07 procedente.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, cabendo a procedência das infrações 03, 04, 05, 06, 07 e 08, bem como a improcedência das infrações 01 e 02.”

Inconformado o sujeito passivo suscita as suas razões às fls. 253/258, transcrevendo o voto e tecendo considerações em derredor da infração 3, para afirmar que empreendeu todos os esforços para regularizar o cumprimento da obrigação de transmitir os arquivos magnéticos dentro do prazo concedido pelo autuante.

Pontua que a falta desses arquivos não prejudicou a realização da auditoria feita com base no livro de Movimentação de Combustíveis - LMC, o que considera ser indispensável para a apuração pretendida pelo Fisco.

Alega que as infrações 4, 5, 6 e 8 foram ocasionadas por ter incorrido em erro no processo de baixa, o que admitiu como consta na ementa da Decisão recorrida.

No mérito, quanto à infração 3, transcreve a regra do art. 158 do RPAF e com este suporte legal postula a redução da penalidade.

No que concerne à infração 7, requer o cancelamento sob o argumento de estar coligindo com o Recurso, os resultados do PEDIDO DE CESSAÇÃO DAS IMPRESSORAS FISCAIS, o que diz ter sido anuído pela GEAFI, documento que considera hábil para extinguir a infração.

Por fim, pede o Provimento do seu apelo.

A PGE/PROFIS não foi instada a exarar Parecer.

VOTO

Como relatado, a insurgência do sujeito passivo exposta no seu Recurso Voluntário centra-se nestas duas matérias, ou seja, o reexame das infrações 3 e 7 acima transcritas.

Analisado o PAF, passo a decidir. Primeiramente, no que toca à infração 3 relativa à multa por descumprimento de obrigação de obrigação acessória –, a JJF entendeu que, a despeito do autuado ter entregue os arquivos magnéticos com a impugnação, o fez, todavia, tardiamente, em 05/03/2012, após o início da ação fiscal em 30/01/2012, circunstância que fez atrair a aplicação da regra contida no art.42, I, ‘a’ da Lei nº 7.014/96. Ou seja, a obrigação acessória foi descumprida, embora, *a posteriori*, tenha o autuado buscado corrigir a falta após ter sido constatada a transgressão, o que não pode resultar na desconfiguração da infração que cometeu.

Logo, concluo que, razão não assiste ao recorrente para postular a redução da multa prevista na legislação tributária baiana e, adequadamente, aplicada pelo preposto fiscal. Infração subsistente.

No que tange à infração 7, por ter sido juntado ao PAF, pela defesa, a documentação de fls. 260/265, mais especificamente a de fl. 265, constato que, de igual modo, foi apresentado e juntado ao PAF, pelo autuado, após início da ação fiscal, motivo pelo qual não pode ter o condão de desconfigurar a infração cometida e, portanto, de afastar ou reduzir a penalidade aplicada em conformidade com o preceito legal regente. Infração Procedente.

Do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **146468.0112/10-0**, lavrado contra **AUTO POSTO EXPRESSO 2010 LTDA. (AUTO POSTO 2010)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$59,44**, acrescido da multa de 50%, prevista no artigo 42, I, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas por descumprimento de obrigações acessórias no valor de **R\$67.896,85**, previstas no art. 42, incisos XIII-A, “c”, 4, XV, XIX, XX, do mesmo Diploma legal, com os acréscimos moratórios, na forma da Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de fevereiro de 2013.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

ALESSANDRA BRANDÃO BARBOSA – RELATORA

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS